Artigo original
https://doi.org/10.54260/eb.v37i144.376
ESTUDOS BÍBLICOS

"Cuando tenga la tierra":

os desterrados, brava gente, enfrentando o latifúndio

"Cuando tenga la tierra":
the banished, brave people, facing the latifundium

Denis Wilson Silva* e Gilvander Luís Moreira**

* Graduado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Mestrando em Teologia da Libertação pela Universidade Centroamericana José Simeón Cañas, El Salvador. Assessor popular das Comunidades Eclesiais de Base e do Centro de Estudos Bíblicos de Minas Gerais.
deniswilsonsilva@hotmail.com

**Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Exegese Bíblica pelo Pontifício Instituto Bíblico, Itália, Frei e padre da Ordem dos carmelitas, agente e assessor da CPT/MG, assessor do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) e Ocupações Urbanas. Professor de Teologia bíblica no Serviço de Animação Bíblica (SAB) em Belo Horizonte, Brasil.
gilvanderlm@gmail.com

Recebido em: 01/11/2021

Aprovado em: 16/12/2021

Licença *Creative Commons*
CC BY 4.0



abib
Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica

Resumo

Partindo da situação conflituosa dos camponeses sem-terra na luta histórica para reconquistar os territórios expropriados, buscando luzes e forças, revisitaremos a Palavra de Deus (nos relatos de Gn, Dn e Jt) viva e palpável nos conflitos como chave de leitura bíblica. Nossa caminhada político-pastoral envolve tensões e conflitos. A tentação é a de reduzir o conflito a desarmonia, desequilíbrio e morte. Mas não! O enfrentamento ao conflito é um raio luminoso na noite escura pela qual atravessamos e que nos exige uma resposta à desigualdade, violência, abuso, controle de corpos-territórios. Nosso léxico e nossa pronúncia estão assentados no conflito entre a Bíblia e o campo/lugar social hermenêutico que assume o conflitivo horizonte das lutas territoriais, das reivindicações justas e legítimas por terra, sua materialidade e historicidade, mística, motivações últimas. O artigo se inscreve na (ins)urgente tarefa e exercício permanentes de análise da realidade das classes oprimidas e quer ser também intervenção crítica/militância por outro mundo, sem as cercas e muralhas do latifúndio.

Palavras-chave: Teologia da Libertação. Conflito. Leitura Popular da Bíblia. Luta pela terra. Camponeses/as Sem Terra.

Abstract

Starting from the conflictive situation of the landless peasants in their historical struggle to reconquer the expropriated territories, looking for light and strength, we will revisit the Word of God (in the accounts of Gen, Dan and Jt) alive and palpable in the conflicts as a key to biblical reading. Our political-pastoral journey involves conflicts, tensions. The temptation is to reduce conflict into disharmony, imbalance and death. But no! Confronting conflict is a bright ray in the dark night we are going through and that requires us to respond to inequality, violence, abuse, control of body-territories. Our lexicon and our pronouncement are based on the conflict between the Bible and the hermeneutic field/social place that assumes the conflictive horizon of territorial struggles, of the just and legitimate claims for land, its materiality and historicity, mystical, ultimate motivations. The article is inscribed in the (ins)urgent task

and permanent exercise of analysis of the reality of the oppressed classes and also wants to be a critical intervention/militancy for another world, without the fences and walls of the latifundium.

Keywords: Liberation theology. Conflict. Contextual Bible Reading. Struggle for land. Landless Peasants.

1 Introdução[1]

Jon Sobrino (1989) assinala que as características mais originais do que fazer teológico latino-americano da libertação (ou seja, a busca de direção, conteúdos para a ação) são: (a) fazer teologia no presente histórico como revelação de Deus, o que exige responder e corresponder a partir da fé; (b) conceber a teologia como *intellectus amoris* e (c) como opção pelos pobres no mundo dos empobrecidos.

Isto quer dizer que a Teologia da Libertação não está centrada na preocupação com a história da teologia, mas com o sentido histórico-teológico: Deus que continua se manifestando, revelando-libertando nesta hora atual, marcada escandalosa e injustamente pela existência de povos inteiros crucificados (ELLACURÍA, 2000b). Dos calabouços da cruel, massiva e crescente pobreza, nasce e brota outro modo de teologizar (como reação práxico-amorosa, intelecto-misericordiosa), a partir do reverso histórico dos vencidos que sempre ressurgem, que leva a sério esta trágica e flagrante realidade de negação da vida. Encarar a realidade deste exige opção decidida e consequente.

Tal teologia implica, de acordo com Ellacuría (2000a), em "compreender a realidade" (estar, por força da encarnação, na realidade e não estar só com ideias, conceitos ou sentidos de realidade), "carregar a realidade" (não fugir do compromisso exigido pela realidade) e "encarregar-se da realidade" (dimensão de práxis, assumir um que fazer real). Sobrino (1995) acrescenta, sublinhando o que tem de Graça esta "pesada carga ligeira" (Rahner) que carregamos, mas que nos carrega (a esperança das vítimas), "deixar-se carregar pela realidade".

Hugo Assmann (1973), tratando da teologia desde a práxis libertadora em um continente colonizado e dependente, escreve que, frente à história de injustiça e violência estruturais, se a realidade – por mais injusta e violenta que seja – não se torna o ponto de partida, a teologia não poderia situar e concretizar seus temas fundamentais, seria uma mentira. Portanto, é necessário salvar a teologia da hipocrisia. Vã, sem relevo ou importância seria nossa teologia se não fosse capaz de se responsabilizar pela realidade das classes empobrecidas/oprimidas como um desafio.

Inseridos na caminhada popular de libertação, animando e sendo animados, iluminando e sendo iluminados, sustentando e sendo sustentados, partilhamos com o Povo marginalizado e violentado Vida-Morte, Martírio-Cruz-Ressurreição, sofrendo a mesma sorte e destino: bem-aventurança! Por esta razão, porque estão nossas mãos e pés metidos na luta pela terra e pelos direitos humanos fundamentais, elegemos desenvolver assim nosso artigo: Partindo da situação conflituosa dos camponeses sem-terra na luta histórica para reconquistar os territórios expropriados, buscando luzes e forças, revisitaremos a Palavra de Deus viva e palpável nos conflitos como chave de leitura bíblica. Por fim, com a Esperança revolucionária dos povos da terra, teceremos a linha de um horizonte liberto e

[1] O título "Cuando tenga la tierra" evoca a canção composta por um dos mais populares e celebrados cantautores do cancioneiro argentino e latino-americano, Daniel Toro. Hino campesino que ficou conhecido na voz de La Negra, Mercedes Sosa.

transformado. De Pedro Casaldáliga, recebemos, em rebelde fidelidade, o testamento que inspira todos estes processos de resistência e Utopia: quem sabe somar conflitos e dividir por dois, ganha consciência de classe.

2 "A ordem é ninguém passar fome, progresso é o Povo feliz"

Em Campo do Meio, sul de Minas Gerais, Brasil, 450 famílias ocupam – há 23 anos – um latifúndio de quase 5.000 hectares que não cumpria sua função social – as terras pertenciam à antiga Usina Ariadnópolis (que quer dizer cidade de Ariadna, filha de um dos coronéis da elite regional dos tempos coloniais da escravidão e dos senhores de engenho). Onde havia apenas cana de açúcar, hoje, é um jardim do Éden: com produção diversificada de café, milho, feijão, hortigranjeiros, árvores frutíferas e ervas medicinais e produção de pessoas novas, cidadãs, militantes na luta pela construção de uma sociedade justa e solidária.

O que antes era uma monocultura extensiva foi convertido em toneladas de café, grãos, mel, milhares de sacas de milho, cultivo de inúmeras plantas nativas destinadas a recuperar áreas degradadas; em suma, em saúde para toda a população. Antes de lidar com o conflito e a própria luta dos camponeses e camponesas sem-terra, vamos primeiro recuperar um pouco da memória desta luta, que começou na década de 1980. Desta forma, poderemos identificar os temas históricos da justa e legítima reforma agrária popular.

A luta pela terra no sul de Minas Gerais (Brasil) surgiu da intensa luta de quinze sindicatos de trabalhadores rurais contra o trabalho escravo, tão comum nesta localidade - o berço das grandes plantações de café do Brasil. Em 1996, a primeira ocupação (com 84 famílias) ocorreu na fazenda Jatobá, no município de Campo do Meio. No mesmo ano, no Pará (norte do Brasil), dia 17 de abril de 1996, 21 trabalhadores sem-terra foram massacrados (o "massacre de Eldorado dos Carajás") e dezenas ficaram feridos pelos tiros de policiais ensandecidos. Em 1997, pressionado pela luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de toda a comunidade internacional, o governo federal, chocado com esta aniquilação, criou o Assentamento Primeiro do Sul. O Sem Terra Sebastião Mélia Marques, em uma entrevista, testemunha:

> Até a década de 1980, milhares de trabalhadores boias-frias vinham e ainda vêm do Nordeste, do norte de Minas ou do Vale do Jequitinhonha, regiões de clima muito quente. No sul de Minas, região de clima frio, esses trabalhadores tinham que trabalhar por quase nada, dormir no chão frio em condições insalubres e sobreviver com alimentação escassa. Muitos adoeciam em situações análogas à escravidão. Assim, muitos boias-frias começaram a procurar os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) que atuavam nas fazendas - onde eram procurados - combatendo o trabalho escravo. No ano seguinte, na próxima colheita, os trabalhadores voltavam para outra fazenda e, assim, a prática se repetia. E, dessa forma, —todo ano durante a colheita do café, o Sindicato tinha que combater o trabalho escravo na região (MARQUES *apud* MOREIRA, 2021, p. 231).

E continua:

> Na região do sul de Minas, a monocultura do café é muito forte com uma intensa presença de trabalhadores camponeses imigrantes que vêm trabalhar todos os anos nas fazendas na colheita do café. Muitos trabalhadores

> boias-frias já morreram em acidentes de trânsito, melhor dizendo, em crimes premeditados por causa das condições precárias dos caminhões e ônibus, indo ou voltando das fazendas de café. Por exemplo, dia 19 de agosto de 2008, na cidade de Santo Antônio do Amparo (centro-oeste do estado de Minas Gerais) na rodovia Fernão Dias, um caminhão que transportava 32 bóias-frias tombou, deixando 14 mortos e 18 feridos. Trabalhavam em lavoura de café na fazenda Vargem Grande, propriedade de José Ananias Coutinho. Outro caminhão sem freio tombou na curva de uma estrada no município de Guapé e matou 11 boias-frias, 10 negros e 1 branco, que trabalhavam em lavouras de café (MARQUES *apud* MOREIRA, 2021, p. 231).

Neste ínterim, a Usina Ariadnópolis já se encontrava em uma situação fiscal complicada. Nesta altura, o grupo de proprietários conseguira acumular riqueza durante a ditadura civil-militar-empresarial, de 1964 a 1985, aproveitando e capturando recursos públicos, bens supervalorizados. Em crise, depois de defraudar os bancos estatais (com a prática do "estelionato"), explorando o suor e o sangue dos/as trabalhadores/as, os patrões/proprietários fingiram falência e abandonaram tudo, deixando uma dívida social e trabalhista (com indenizações) de 100 milhões de dólares. Impagável.

Os trabalhadores se organizaram em marchas e greves (que duraram 90 dias), mas a única solução possível que garantia os direitos que lhes haviam sido tirados com ferro e fogo e lhes assegurava o mínimo de uma vida tão violada e esmagada nas prensas de cana pela ganância e lucro dos proprietários, foi a ocupação da terra. Somando perseguições brutais, fome terrível e miséria (período de privatização/governos neoliberais), 200 trabalhadores, em 1998, iniciaram a resistência ocupando o latifúndio das terras da Ariadnópolis. Foram despejados pela polícia militar a mando do Tribunal de Justiça de Minas Gerais seis vezes, mas sempre ocupavam novamente, enfrentando todo tipo de adversidade, crimes, ultrajes.

Na primeira fase, a ocupação e a luta pela terra foram o socorro pela sobrevivência. "Preferimos morrer na luta a morrer de fome", repetiam os trabalhadores ecoando frase lapidar de Margarida Alves, que foi martirizada enquanto defendia aguerridamente os camponeses superexplorados pela monocultura da cana no estado da Paraíba. A segunda etapa foi a defesa intransigente dos direitos que haviam sido negados e esmagados. A terceira etapa foi a construção de um projeto coletivo de vida, de sociedade. É aqui que o povo camponês organizado começa a trabalhar, a incomodar por ser uma possível alternativa às instâncias canônicas do capitalismo, uma máquina que destrói vidas e é sempre devastadora[2].

A região sente na pele as sequelas do projeto de sociedade promovido pela modernidade técnico-científica e desenvolvimentista, que gera degradação ambiental, injustiça socioeconômica e violação de direitos. A terra deixa de ser um espaço vital e se torna um deserto verde sem gente, sem biodiversidade, sem água. O latifúndio, com agroindústria e monocultura arranca famílias de agricultores e agricultoras de seus territórios e aniquila qualquer possibilidade de existência. O projeto neocolonial-imperial capitalista-

[2] Para muitos, um dos maiores produtores individuais de café da América Latina, com um patrimônio equivalente à cerca de 80.000 campos de futebol, e um dos principais fornecedores para as grandes marcas do mercado, estaria por trás de toda ambição e ganância materializada nas dezenas de pedidos de expulsão de famílias camponesas sem-terra de seus territórios conquistados.

extrativista concentra(dor)[3], em nome do lucro desenfreado, abusos, explora os camponeses e a própria terra[4].

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que despertaram para a consciência da necessidade de organização; de ocupar e lutar pela transformação dessas estruturas injustas e indecentes da propriedade privada capitalista; de lutar pela reforma agrária popular, pela revolução agrícola e agroecológica; de definir outra relação com a Criação (não de mercantilização, mas de valorização da justiça e dos direitos dos empobrecidos sobre os interesses dos ricos); de ser sujeitos históricos de libertação no confronto com essa lógica que depreda, degrada e exclui: aos filhos e filhas da rebeldia se lhes arrancam suas cabeças por corvos com garras de ouro roubado e são crucificados pela fúria dos poderosos.

Em um episódio recente, participamos da maior resistência camponesa do século XXI no Brasil... 60 horas (12 a 14 de agosto de 2020) de luta incessante, sob sol, calor, inalando a fumaça de um incêndio provocado criminosamente pela polícia militar (que queria fustigar os trabalhadores camponeses) e que formava um verdadeiro batalhão de guerra (carros blindados, helicópteros, um enorme contingente de soldados brutalmente armados – 717 policiais), de ação truculenta, com bombas, granadas e mais bombas, disparos contra trabalhadores, prisões autoritárias e o resultado: nossa escola popular destruída e 14 famílias barbaramente expulsas. Sem levar em conta a exposição a uma guerra biológica, uma vez que não foi possível observar as diretrizes e o rigor sanitário da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a contenção do contágio do coronavírus que causa a *covid-19*.

O conflito[5] é fundamentalmente um conflito de projetos (de classes). Por um lado, o projeto do latifúndio, do agronegócio, da agressão contra os bens naturais, do vilipêndio da dignidade humana, da superexploração do capital que aprisiona tudo na propriedade privada capitalista, que reproduz a estrutura iníqua e (neo)colonial da propriedade da terra, que burla os cofres públicos, e do outro lado, o projeto da Reforma Agrária Popular com agricultura familiar camponesa, um projeto popular, um projeto de solidariedade, de educação no/do campo, de permanência no campo, um projeto biocentrado, com a vida dos historicamente ausentes-sobrantes (incluindo a terra) no centro.

[3] Documentos da FAO-ONU (para a América Latina) mostram que mais da metade das terras agrícolas cultiváveis está nas mãos de 1% das unidades produtivas de commodities para o mercado de exportação. 80% das pequenas propriedades - de agricultores familiares - ocupam menos de 13% do território.

[4] Para os povos indígenas de *Abya Yala*, a relação com a terra é horizontal, assunto-sujeito e não assunto-objeto. A terra não é um objeto de exploração, mas uma fonte de vida.

[5] A Comissão Pastoral da Terra, CPT-CNBB, registrou um total de 1.833 casos de conflitos agrários em 2019, um aumento de 28% em relação ao ano anterior. As disputas estão relacionadas com a luta pela terra e pela água. Os povos e seus territórios estão sob ataque diário, sob o patrocínio de um presidente fascista e genocida e de um estado militarizado: tudo parte de um programa de abertura de fronteiras agrícolas e de recursos para o agronegócio, mineração, exploração intensiva e extensiva da vida. Com a pandemia, o Ministro de Estado do Meio Ambiente ordenou «deixar a boiada passar», sugerindo metaforicamente desviar a atenção das atrocidades e crimes cometidos no campo e nas florestas com a crise sanitária da covid-19.

3 “O conflito como o pão nosso de cada dia”[6]

A mística da luta pela terra é encarnada, histórica, opta pelos/as pobres, que toma partido dos superexplorados, que tenta se colocar no lugar social dos últimos para, com eles e partir deles, assumir os riscos, o conflito, a luta libertadora que contesta o sistema dominante e opressivo, que dá privilégios a uns poucos à custa dos sacrifícios de muitos outros. É uma mística que nos coloca frente a frente com nossa gente maltratada e marginalizada e, portanto, mantém nossos olhos abertos para ver, analisar e interpretar a totalidade da realidade a partir dos não-pessoas, daqueles que não contam.

Esta é a mística que anima nosso pensamento bíblico-teológico: é a força que nos faz ousadamente atrevidos/as, que faz com que não nos rendamos ou vendamos, que nos faz necessariamente conflitantes, incompreendidos/as porque contestatários/as. Uma teologia que é uma ameaça perigosa - a ser eliminada pelos opressores, pelos mestres/doutores; que é necessária e urgente – a ressurgir sempre. A dimensão conflitual na teologia da libertação é uma de suas características mais genuinamente cristãs: ela está conectada na própria práxis «processual, conflitiva e situada» de Jesus de Nazaré, que se tornou o Cristo.

Nossa caminhada envolve conflitos, tensões, porque os direitos dos pobres não são afirmados com base em concessões de cima para baixo, mas são conquistados «contra» os poderes e autoridades de turno. Muitos são aqueles que tentam evitar o conflito reduzindo-o - erroneamente - ao fator que gera desarmonia, desequilíbrio e morte. Não! O conflito é constitutivo das relações sociais, porque no capitalismo vigora e reproduz-se cotidianamente a luta de classes. Enfrentar as injustiças explicita os conflitos, mas é o único caminho que pode viabilizar a superação das brutais violências institucionalizadas. Nossas atitudes devem dar a primeira e última direção à nossa teologia, nossa experiência de Deus nos pobres:

- Radicalidade, para ir à raiz da tragédia da realidade;
- Objetividade, para abordar a realidade da qual deriva a opção pelos pobres;
- Realismo, a fim de tomar as medidas apropriadas e possíveis e, acima de tudo,
- Profecia, denunciando a injustiça e a arbitrariedade e a necessidade de superá-las; e
- Utopia, a última esperança de que nada é impossível de mudar.

Enfrentar o conflito, portanto, é uma grande e vigorosa afirmação da vida diminuída, negada. É um raio de luz na noite escura pela qual caminham e lutam as pessoas empobrecidas e que provoca uma decisão e uma resposta à desigualdade, violência, abuso, controle de corpos e territórios. Ao enfrentar as injustiças, no conflito o oprimido sacode as correntes e reivindica sua voz, seu tempo, seu lugar. No conflito se recusa a imposição da paz dos cemitérios, da paz que é a tranquilidade dos grandes e fortes, que está armada do medo e de silêncios. Conflito é a reação subversiva, criativa e libertadora a qualquer concentração de poder, conhecimento, riqueza, terra nas mãos da classe dominante.

Neste contexto, a narrativa bíblica de Gênesis capítulo 4, especialmente os versículos 1-16, de Caim e Abel, faz muito sentido: temos neste texto a história que reflete o conflito central entre cidade e campo: duas formas diferentes (que podem, às vezes, ser complementares e simbióticas entre si, mas que também, dependendo da lógica que assumem, muitas vezes, podem ser antagônicas) de viver, trabalhar e experimentar Deus(es). Abel era pastor de gado pequeno e Caim, um lavrador, cultivava a terra. Este é o dado que

[6] Inspirado em Nancy Cardoso, CPT.

esta história simbólica nos oferece: duas maneiras diferentes de relação com os meios de produção, com o trabalho e com outras pessoas.

Para compreendermos de forma sensata e libertadora o conflito entre Caim e Abel, que levou ao assassinato de Abel, não podemos privatizar a narrativa como se se tratasse apenas de conflito entre duas pessoas, um simples fratricídio. Necessário se faz considerar o contexto social, político, econômico, cultural e religioso em que se gesta esta narrativa mítica colocada nas origens do tempo, sobre o conflito que leva ao martírio de Abel. Prestar atenção à finalidade da narrativa também é imprescindível.

Para Milton Schwantes (1989), Caim representa a agricultura sob a influência e o controle da lógica urbana e de mercado (no âmbito das cidades-estados de Canaã): acumulação de riqueza e luxo para a corte (armazéns, quartéis, palácios e templos), exploração, saque, tributação e escravização, expansão do comércio e da propriedade fundiária, burocracia hierárquica, lei e justiça corrompidas, guerras de conquista, uma religião que legitimava o roubo perpetrado pelas classes dirigentes (o altar era onde se recolhia o tributo). Da tradição profética, a firme condenação: "como se transformou em prostituta, a cidade fiel? Sião, onde prevalecia o direito, onde habitava a justiça, mas agora povoada de assassinos" (Is 1,21). Tudo na cidade murada dos tempos bíblicos, a sede dos poderosos, está majoritariamente organizado de acordo com a extração, o roubo, o esgotamento da produção agrícola dos vilarejos ao redor da cidade; de abusos, danos, maus tratos aos corpos de trabalho (especialmente das mulheres que eram usadas como botim, despojo) – comparar com Am 1,13-15.

Abel é figura daqueles que viviam experimentando outra forma de organizar a sociedade: às margens da lógica concentradora constitutiva da cidade e de suas armadilhas que impossibilitavam a vida, aqueles que apascentavam gado pequeno, pastores seminômades que no deserto (ou nas estepes - faixas de vegetação entre as terras férteis e as regiões desérticas), que têm o dever da hospitalidade como valor maior, resistem aos mecanismos de subjugação, opressão, dominação das cidades e organizam-se em torno de estratégias socioeconômicas diametralmente opostas ao sistema de opulência dos patrões da cidade à custa do massacre dos trabalhadores.

O capítulo 4 de Gênesis não apenas contrasta um homem com outro homem, campo e cidade, mas campo + cidade (o modo tributário de produção) contra os seminômades, pastores que viviam isolados, distantes da cidade e de seu sistema de escravidão e submetimento. Estes são diferentes modos de vida, usos e apropriações da terra. Os camponeses (incorporados pelas cidades-estados) têm um uso exclusivo e privado, ao passo de que entre os pastores não existe a posse, mas o uso coletivo e temporário, os territórios são comunais.

Ao apresentar a oferenda a Javé, Caim trouxe os frutos da terra e Abel sacrificou os primeiros nascidos de seu rebanho, queimando sua gordura. O texto diz muito claramente que "Javé agradou-se de Abel e de sua oferenda. Mas não agradou de Caim e sua oferenda" (Gn 4,5). E "Caim se lançou sobre seu irmão Abel e o matou" (Gn 4,8b). Caim (cujo nome em hebraico está ligado ao verbo adquirir, comprar) mata Abel (que em hebraico significa fraqueza, vento, nada). A lógica de acumular, de ter insaciavelmente, de extorquir, de expropriar os camponeses para o aumento de posses, impregna a terra com o sangue do irmão mais novo, o mais fraco, aquele que tem seus direitos violados.

E o mais importante é que Deus-Javé, nesta história, tem um lado, um partido: dos indefesos, dos débeis, dos atacados, dos espancados. Deus escolhe um modo que gera vida e rejeita o outro que gera morte. A própria escolha de Deus torna o conflito explícito. Deus rejeita os produtos da ação violenta, da pilhagem, do que é tirado do outro, de sua força

de trabalho, do pecado social (que Caim não pode dominar porque é sistêmico – Gn 4,6-7). A partir desta preferência põe Deus em conflito e Caim toma a decisão de executar Abel.

"Caim disse a seu irmão Abel: 'saiamos' e, como estavam no campo..." (Gn 4,8a). Obviamente, é disso que se trata: terra! Deus volta a perguntar: "Onde está teu irmão Abel?" e Caim responde: "Não sei. Acaso sou guarda do meu irmão?" (Gn 4,9). Da terra empapada de sangue nasce o grito dos violados, das vítimas: "ouço o sangue de teu irmão, do solo, a clamar para mim" (Gn 4,10). Deus olha para o funcionamento da cidade e daqueles que vivem e se refugiam nela e radicalmente refuta, desafia, avalia, interpela, questiona com dificuldade, toma partido, escolhe e opta por se posicionar ao lado dos/as escravizados/as.

E daí, partindo dos últimos, dos fracos, dos impotentes, oferece a única saída para Caim: "serás um fugitivo errante sobre a terra" (Gn 4,12). A salvação para Caim só poder vir a partir dos de baixo, é se tornar um Abel: para se tornar como um pastor, o caminho se encontra fora da cidade, na margem, com aqueles que não contam. Parcialidade! Talvez este seja um dos textos mais convincentes para nós. Esta memória está na práxis de Jesus que aprovou a oferta da pobre viúva, mas se indignou profeticamente e expulsou os ladrões-cambistas do templo (que usaram e abusaram da religião para criar valor – Mc 12,41-44; Lc 21,1-4; assim como Caim, que não foi capaz de viver sem justificação divina).

A contradição entre Caim e Abel continua hoje no aprisionamento da terra feita pelo sistema do capital que ao expropriar os camponeses e expulsá-los de seus territórios age como Caim. Entretanto, Abel também vive nos corpos dos camponeses e camponesas que resistem para existir e, por isso, muitos continuam sendo massacrados. O latifúndio e os latifundiários têm expropriado e assassinado camponeses com a cumplicidade secular de um Estado criminoso.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1985 e 2015, só no estado de Minas Gerais, 84 camponeses foram assassinados na luta pela terra.[7] Em

[7] Por exemplo, assassinados em MG na luta pela terra, podemos citar: Otávio Soares Ferreira da Cunha, defensor da reforma agrária, assassinado por fazendeiros dia 4 de abril de 1964, em Governador Valadares; José Máximo da Fonseca, posseiro, assassinado dia 25 de maio de 1968, no município de São José da Safira; Praxedes Ferreira da Silva, posseiro sobrinho de Eloy Ferreira da Silva, assassinado no município de São Francisco, em 28 de outubro de 1978; Geraldo Gonçalves de Oliveira, lavrador, assassinado dia 2 de novembro de 1984, no município de Bocaiúva; Aureliano Manoel dos Santos, lavrador, assassinado dia 6 de novembro de 1984, no município de Monte Alegre de Minas; Juraci José Alves, posseiro, assassinado dia 9 de novembro de 1984, no município de Iturama; Eloy Ferreira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Francisco, no norte de Minas, assassinado em 16 de dezembro de 1984; Jorge Rodrigues Caldeiras, posseiro assassinado dia 22 de dezembro de 1984, no município de Virgem da Lapa; José Gomes da Silva, dirigente sindical assassinado no município de Capelinha, dia 1º de fevereiro de 1985; Eli Braga, líder de posseiros, assassinado no município de Itamarandiba, dia 20 de março de 1985; José Felipe e Alceu Ribeiro, lavradores, assassinados dia 23 de março de 1985, no município de Malacacheta; Durvalino Soares dos Santos e Minalvo Pereira da Silva, posseiros, assassinados no município de Porteirinha, dia 9 de maio de 1985; José Esteves Viana, lavrador, assassinado no município de Novo Cruzeiro, dia 2 de outubro de 1985; Júlio Rodrigues de Miranda, posseiro, presidente do STR de Unaí, assassinado dia 6 de outubro de 1985, no município de Unaí. A viúva do Sr. Júlio Miranda, dona Cipriana, carrega no corpo até hoje balas do revólver que assassinou seu esposo ao lado

2015, o número de assassinatos no campo foi o maior desde 2004. Em 2014, ocorreram 36 assassinatos de camponeses no Brasil; em 2015, houve 50 assassinatos, quase um por semana, aumento de 39% em relação ao ano anterior, 20 deles no estado de Rondônia, 19 no estado do Pará e 06 no Maranhão. No município de Conceição do Araguaia, PA, seis pessoas de uma mesma família, na luta pela terra, foram assassinadas a golpes de facão e tiros. A trabalhadora rural Maria das Dores dos Santos, conhecida como Dora, da comunidade de Portelinha, município de Iranduba, AM, foi sequestrada de sua casa por cinco homens fortemente armados e executada com 12 tiros de pistola. Dora tinha registrado 18 boletins de ocorrência por ameaças na Delegacia de Iranduba e feito denúncias na Assembleia Legislativa do estado do Amazonas (COMISSÃO..., 2016). Em 2015, segundo dados da CPT, "as tentativas de assassinatos foram 59 e as ameaças de morte somaram 144" (OLIVEIRA, 2015, p. 42). A lista dos Abel de hoje é imensa, "144 mil", para dizer na linguagem do Apocalipse.

A barbaridade revelada no altíssimo número de assassinatos de lideranças camponesas de engajados/as na luta pela terra é outro aspecto emancipatório da luta pela terra, expresso pela Teologia do Martírio, segundo a Teologia da Libertação. Entender que a vida militante da luta pela terra – ou por várias outras lutas congêneres por direitos sociais – possa ser ceifada antes do tempo é muito difícil, mas a história lida a partir dos/as de baixo, os/as injustiçados/as, demonstra que nunca se torna vã uma vida humana doada na luta pela emancipação de todos/as. Foi com doação de vida que Jesus Cristo, Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Che Guevara e milhares de lideranças regaram o chão da história construída por muitos/as que se inspiram neles. Christopher Hill (1912-2003) registrou uma frase nesse sentido encontrada entre de lutadores/as da Revolução Operária Inglesa de 1640: "Podeis destruir estes vasos que somos nós, mas os nossos princípios jamais podereis extinguir, porque eles viverão para sempre e entrarão em outros corpos para neles viver, falar e agir" (HILL, 1987, p. 367).

dela e a deixou baleada; Divino Balbino Lana, posseiro, assassinado dia 15 de outubro de 1985, no município de Engenheiro Caldas; os camponeses Antônio Joaquim, Donato e Ermes Miranda e vários indígenas do povo indígena Xacriabá, assassinados em 12 de fevereiro de 1987 – Rosalino Gomes, José Pereira Santana e Manuel Fiúza; os posseiros Januário Emídio dos Santos e José Natal Romão assassinados dia 14 de novembro de 19907, na Fazenda Menino, no município de Arinos; Avelino Nunes de Macedo, indígena do povo Xakriabá, assassinado dia 16 de setembro de 2007, no município de São João das Missões, onde Edson Dourado Leite, também indígena Xakriabá, tinha sido assassinado dia 10 de agosto de 2008. Os três auditores fiscais do Ministério do Trabalho - Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva - e o motorista dos fiscais Ailton Pereira de Oliveira, assassinados em Unaí, no noroeste de Minas, dia 28 de janeiro de 2004, por terem multado fazendeiros por estarem submetendo trabalhadores a situações análogas à escravidão; os cinco Sem Terra do MST - Iraguiar Ferreira da Silva, Miguel José dos Santos, Francisco Nascimento Rocha, Juvenal Jorge da Silva e Joaquim José dos Santos- , assassinados em Felisburgo em 20 de novembro de 2004, a mando do fazendeiro Adriano Chafik, julgado dez anos depois, condenado a 115 anos de prisão e após inúmeros recursos judiciais protelatórios, encontra-se preso no Presídio de São Joaquim de Bicas, região metropolitana de Belo Horizonte, MG. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reduziu a pena do Adriano Chafik para apenas 48 anos, enquanto o primo dele, Calixto Luedy, outro mandante do massacre de Felisburgo, foi julgado e condenado dia 13 de maio de 2019 a 195 anos e nove meses de prisão; João Calazans, presidente do STR de Pingo D'Água e Presidente da Associação do Assentamento Chico Mendes, assassinado dia 11 de dezembro de 2007, no município de Pingo D'água.

Essa mesma mística está retratada também no livro *Eloy: morre uma voz, nasce um grito* (AMADO; ARAÚJO; CHAVES, 1985), livro sobre a luta pela terra travada por Eloy Ferreira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Francisco, no norte de Minas, assassinado dia 16 de dezembro de 1984. No livro *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*, o sociólogo José de Souza Martins reflete também sobre a morte no mundo dos subalternizados:

> Uma característica muito forte na cultura popular e, no mundo do subalterno diz respeito à força transformadora da morte. Seja no sul da Itália, seja no nordeste do Brasil, a morte desencadeia não apenas ritos, mas mudanças de perspectiva, leituras da realidade e leituras da cultura feitas ao contrário, segundo um outro código, que permanece oculto à espera do desenlace e da travessia que ela representa, sobretudo morte em determinadas circunstâncias (MARTINS, 1989, p. 122).

4 A Bíblia também inspira o povo camponês em lutas libertadoras

Sendo o povo camponês um povo religioso seria um erro ignorar a dimensão religiosa do campesinato. É muito comum ouvirmos no meio do povo camponês motivação e sentido para a luta pela terra sendo extraído de textos bíblicos, em sintonia com uma hermenêutica sistematizada pela Teologia da Libertação por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI) e das Pastorais Sociais da igreja católica e de várias outras igrejas.

A Bíblia, no livro de Daniel (em hebraico, o nome Daniel significa 'Deus fez Justiça'), narra que um jovem sábio e que tinha fé no Deus dos pobres e nos pobres de Deus, em um sonho, viu uma estátua muito grande, de grande esplendor, com mais de 30 metros de altura. Essa estátua era o símbolo de todos os impérios do presente, do passado e do futuro. A cabeça da estátua era de ouro, o peito e os braços, de prata, o ventre e os quadris, de bronze, e as pernas, de ferro. Com visão acurada, Daniel enxergou que os pés da estátua eram de barro e toda a estátua se sustentava apenas sobre os pés. Diz a narrativa bíblica que Daniel riu da empáfia da estátua gigante, não ficou olhando só para seu poderio, ampliou a visão e olhou ao redor e viu que de uma montanha uma pedrinha rolava ladeira abaixo e golpeava, justamente, os pés de barro da estátua. Toda a estátua veio abaixo e desintegrou-se. "O ferro, o barro, o bronze, a prata e o ouro despedaçaram-se. Tornaram-se como a palha das eiras na seca, o vento os levou e deles não se viram mais vestígios. Mas a pedra que feriu a estátua virou uma grande montanha e encheu toda a terra" (Dn 2, 35). Esta é uma das visões proféticas que anima as/os camponesas/es Sem Terra na luta pela terra para que a marcha emancipatória não seja interrompida. Com seu modo de produção, com propriedade privada capitalista e com a divisão do trabalho gerando superexploração, o sistema capitalista parece um gigante, mas tem pés de barro, pois é recheado de contradições e mentiras. Onde estão os pés de barro do gigante – sistema do capital - que superexplora a classe trabalhadora e expropria as terras dos camponeses, tentando intimidar todas/os? Na Bíblia, montanha é lugar do encontro com o Deus da vida, encontro consigo mesmo, com o próximo e com todos os seres vivos da biodiversidade. A CPT e o MST – e muitos outros movimentos populares e forças "re-insurgentes" da sociedade – na luta pela terra rolam uma chuva de pedrinhas que atacam os tendões de Aquiles do sistema

do capital e da propriedade privada capitalista da terra. A classe camponesa e a classe trabalhadora, em relações solidariedade, de companheirismo e conspiração, configuram-se como a pedrinha emancipatória que gera rachaduras no sistema do capital, gigante que parece invencível, mas tem bases frágeis, pois é recheado de contradições, enfatizamos.

Da mesma forma narra a Bíblia que, em uma pequena cidade, o povo estava sitiado por um exército imperialista que controlava a única fonte de água, em tempo de seca, em região semiárida. Após 34 dias de sede quase insuportável, parte do povo estava decidindo se render e outros ainda acreditavam em milagres vindos de fora para dentro. Nesse contexto, eis que surge uma mulher que entrou para a história como juíza: Judite, mulher frágil, viúva e sem filhos. Ela não se amedrontou diante do exército do império assírio do general Holofernes, comandado pelo rei Nabucodonosor. Judite conclamou o povo a pegar a história nas mãos com responsabilidade. Com estratégia e tática feminista, com beleza e astúcia, com sexualidade libertadora, Judite vai ao encontro do general que fica fascinado diante da beleza dela. Ela exigiu três dias para se preparar para encontrá-lo, banhando-se os três dias na única fonte que estava sitiada – estratégia para driblar a força bruta e ir reconquistando a fonte. No terceiro dia, ao se encontrar com o Holofernes, Judite consegue decapitá-lo com a espada dele próprio. E, assim, liberta o povo que estava extenuado sob o cerco do poderoso império. "Sua sandália roubou seu olhar, sua beleza cativou sua alma e sua espada cortou seu pescoço" (Jt 16,9), canta, em tom poético, o texto bíblico. O povo animado pela façanha heroica de Judite, saiu para a luta e derrotou os exércitos inimigos. O segredo da vitória de Judite e de seu povo estava na fé nos pobres – camponeses - de Deus que Judite cantou depois da vitória: "Os meus humilhados gritaram e eles se amedrontaram. Os meus enfraquecidos berraram e eles se horrorizaram. Os meus jovens os transpassaram, na batalha do Senhor" (Jt 16,11-12). Que tipo de "sandália" pode inebriar os executivos do sistema do capital atualmente? A luta pela terra faz "os/as sem-terra humilhados/as gritarem", "os enfraquecidos/as clamarem de forma ensurdecedora" e os jovens continuarem destemidos na luta coletiva por direitos sociais a partir do direito à terra.

5 Considerações finais: ninguém pode acovardar um Quilombo

Esta será a tarefa mais urgente de nossa teologia: na militância pelo Reino de Justiça e Paz, assumir o conflito (assumir o peso do Reino carregando o peso do anti-reino ou assumir o peso da realidade carregando a realidade e deixando que a realidade nos carregue), certos de que são os violentos que produzem injustiças e desigualdades (e não aqueles que lutam), além do mais:

- Recusar as ofertas/oferendas dos barões do café de hoje, dos poderes podres do agronegócio que produzem "alimentos"/*commodities* com agrotóxicos, que incendeiam as matas, que destroem e desertificam os territórios, que envenenam as águas, que fazem render seus lucros, que destroem o meio ambiente, que roubam, matam e encobrem;
- Reclamar o sangue derramado na terra: "Onde estão nossos irmãos camponeses? Onde estão nossas irmãs camponesas? Onde estão aqueles e aquelas que lutaram contra os muros e as cercas da morte?" Com nossa teologia, o imperativo de honrar a memória subversiva dos lutadores e das lutadoras, profetas/profetisas, herança e testemunho de que outro mundo é possível, necessário, urgente e viável – insistindo que a abundância, o excesso e os milhares de hectares acumulados em latifúndios são um memorial do sangue dos pobres;

– Denunciar, nomeando os agressores violentos, assediadores e cobiçadores da terra e da vida do povo camponês: proprietários de terras, polícias, bancadas parlamentares, bispos, lobistas rurais, os movimentos religiosos que reduzem a fé cristã à autoajuda e ao conforto e ludibriam a fé do povo simples com a ideologia da prosperidade, mesmo com posições fundamentalistas, moralistas e espiritualistas, fé cristã desencarnada (amputação da dimensão social), todos aqueles que não promovem a solidariedade aos/às explorados/as e a sensibilidade para com as injustiças, as violências e as desigualdades, e assim levam a desumanização daqueles e daquelas que os seguem.

Em um cenário cada vez mais trágico, morremos fracassando, vivemos morrendo, mas somos acompanhados/as pelo sonho desperto: ameaçados/as também pela vida, tenacidade, coragem, já sabemos que somos ressuscitados/as. Como o povo da Páscoa que somos, queremos unir as cruzes de todos/as os/as camponeses/as sem terra – na comunhão do destino dos marginalizados pendurados no bosque da maldição – para que nós, dali, do tronco fatalmente batido, possamos brotar um novo rebento, rindo da dor.

Contra o latifúndio (que nos fere/dói até nos ossos), contra todas as cercas, continuaremos ao lado dos condenados/as da terra, em Utopia, semeando horizontes de solidariedade rebelde com o clamor dos pobres e oprimidos. Dos/as banidos/as, povos proibidos, clamamos constantemente, em conflito: Alto lá! Esta terra tem dono!

Referências

AMADO, Jô; ARAÚJO, Luiz; CHAVES, Luiz. *Eloy:* morre uma voz, nasce um grito. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.

ASSMANN Hugo, *Teología desde la praxis de la liberación.* Ensayo teológico desde la América dependiente. Salamanca: Sígueme, 1973.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – REGIONAL NORDESTE II. Balanço da questão agrária no Brasil em 2015. *CPT*, Goiânia, 5 jan. 2016. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3044-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-em-2015. Acesso em 10 maio 2021.

ELLACURÍA, Ignacio. *Escritos Teológicos I*. San Salvador: UCA Editores, 2000a.

ELLACURÍA, Ignacio. *Escritos Teológicos II.* San Salvador: UCA Editores, 2000b.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça.* Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite:* emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MOREIRA, Gilvander Luís, *CPT e MST:* e a (in)justiça Agrária? Experiências de luta da CPT e do MST. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2015.* Goiânia: CPT Nacional, 2015. p. 28-42.

SCHWANTES, M., *Projetos de Esperança: meditações sobre Gênesis 1-11*. Petrópolis: Vozes, 1989.

SOBRINO, Jon. Hacer teología en América Latina. *Theológica Xaveriana*, Bogotá, n. 91, p. 139-156, 1989.

SOBRINO, Jon. La teología y el "principio liberación". *Revista Latinoamericana de Teología*, La Libertad, v. 12, n. 35, p. 115-140, 1995.